



FORMAÇÃO SUPERIOR TECNOLÓGICA EM GESTÃO DE TURISMO: UM ESTUDO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO E SERGIPE

Jaci Câmara de Albuquerque¹

Katiane Xavier da Silva²

RESUMO

Este artigo aborda a educação superior tecnológica no Brasil, como formação de ensino na área de Hospitalidade e Lazer, na qual fazem parte os cursos de Gestão de Turismo, Hotelaria, Gastronomia e Gestão Desportiva e do Lazer. Tem por objetivo analisar os Projetos Pedagógicos dos cursos de Gestão em Turismo na rede federal, contextualizando a educação superior na área de turismo no Brasil. Para tanto realiza uma pesquisa exploratória a partir de levantamento de dados no site dos IF's de dois cursos ofertados em Recife e Aracajú. Discute a educação tecnológica não apenas como preparação para o mercado de trabalho, mas um modelo de educação que prepara o aluno para absorver conhecimentos e ter visão crítica do mundo. Observou-se assim que estes cursos seguem a mesma linha, no que se refere a diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e que o curso foca a questão do planejamento. Suas divergências são percebidas quando o plano mostra que cada curso segue a demanda local ou de mercado.

Palavras Chave: Educação tecnológica, turismo, IF. Projeto Político Pedagógico.

TECHNOLOGICAL SUPERIOR TRAINING IN TOURISM MANAGEMENT: A STUDY IN THE FERDERAL NETWORK AT PERNAMBUCO AND SERGIPE

ABSTRACT

This article deals with higher education in technology in Brazil, such as education in the area of Hospitality and Leisure, which includes courses in Tourism Management, Hospitality, Gastronomy and Sports Management and Leisure. It aims to analyze the Pedagogical Projects of the courses of Management in Tourism in the federal network, contextualizing the higher education in the area of tourism in Brazil. In order to do so, it conducts an exploratory research based on data collection on the IF website of two courses offered in Recife and Aracajú. It discusses technological education not only as preparation for the labor market, but a model of education that prepares the student to absorb knowledge and have a critical view of the world. It was thus observed that these courses follow the same line, with regard to guidelines established by the Ministry of Education

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins; jaci@ifto.edu.br

² Assessora da AZURE; katiane@azureconsultoriaeprojeto.com

and that the course focuses on the issue of planning. Their divergences are noticed when the plan shows that each course follows local or market demand.

Keywords: Technological education, tourism, IF. Political Pedagogical Project.

1. INTRODUÇÃO

A educação superior e tecnológica surgiu como um segmento da educação profissional e que vem mudando a estrutura da educação superior não só no Brasil, como em países da Europa. De acordo com o parecer CES/CNE nº0146/2002(MEC, 2002), a graduação tecnológica difere da graduação tradicional, no que concebe a formação de nível superior, por esta ser um processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, enquanto que a educação tecnológica é pautada na busca pelo saber fazer, que no setor do turismo se configura como uma opção na melhoria da prestação de serviços, sempre buscando a excelência. Esse tipo de educação busca a facilitação do acesso do educando ao mercado de trabalho.

Mediante a abertura na legislação é que foram criados, em 1963, os primeiros cursos “superiores” de engenharia com características distintas dos demais bacharelados, denominados de engenharia da operação. Segundo o Parecer CNE/CP nº 29, estes cursos deveriam atender as demandas da indústria automobilística que:

Em função do crescente desenvolvimento tecnológico, passou a exigir um profissional mais especializado em uma faixa menor de atividades, capaz de encaminhar soluções para os problemas práticos do dia a dia da produção [...] (BRASIL/MEC, 2002, p. 7)

Observa-se no decorrer do desenvolvimento do homem avanços tecnológicos, e novas tecnologias que são inovações difundidas, socializadas, absorvidas e utilizadas pela sociedade. Daí o papel e a importância da formação superior em cursos tecnológicos voltados à rápida inserção de profissionais no mercado.

O ensino do turismo em nível de graduação no Brasil foi implantado em 1971, na cidade de São Paulo, na atual Universidade Anhembi-Morumbi, o que caracteriza a educação em Turismo no país como uma atividade relativamente. Sofreu diferentes fases de evolução, que, segundo Ansarah (2002), de 1970 até o início do século XXI, divide-se em quatro fases:

A primeira na década de 70, marcada pela criação dos primeiros cursos de turismo e hotelaria, a segunda fase, na década de 80, foi marcada pela estratégia de oferta de cursos decorrente de problemas econômicos no país, o que ocasionou o fechamento de vários cursos. A terceira fase, na década de 1990, caracteriza pela valorização dos cursos no âmbito acadêmico, com o aumento da oferta de cursos de turismo, hotelaria e administração com habilitação em turismo e hotelaria nas capitais e com distribuição mais igualitária nas demais regiões brasileiras.

A fase quatro caracterizada com a flexibilização da LDB de 1996 que passa a cobrar a regionalização dos cursos, nessa fase observou-se que há uma grande tendência da oferta dos cursos superiores de tecnologia no Brasil, principalmente no Nordeste, onde há uma necessidade de formação e qualificação de pessoas com mais relevância. Para TRIGO, 2002, somente há pouco tempo, os governos se atentaram para a importância do Turismo para a economia e realizaram a conexão entre formação de recursos humanos e o incremento da produtividade do setor.

Os cursos tecnológicos de Lazer e Hospitalidade surgiram no Brasil no final da década de 1970, com o curso tecnológico em Hotelaria criado em 1978 em uma instituição privada, a Universidade de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul (Rejowski, 1996). Esta formação superior se expandiu timidamente na década de 1980 com mais dois cursos, e na década de 1990 com os primeiros cursos de Turismo. Em 1999 a Faculdade Módulo de Caraguatatuba (São Paulo) passou a ofertar o curso de tecnologia em Gestão de Turismo, com carga horária de 2.304 horas divididas em cinco semestres, o qual foi posteriormente extinto. Na década seguinte a oferta cresceu de forma significativa com a expansão de cursos tecnológicos de Turismo, Hotelaria, Eventos e principalmente de Gastronomia. Atualmente são ofertados nesta rede IF, um total de 19 cursos superiores em Gestão de Turismo, com exceção do estado do Ceará, onde a oferta é de graduação tradicional.

Atualmente esses cursos são considerados de graduação dentro do eixo temático Hospitalidade e Lazer. Este eixo comporta os cursos de tecnologia em Gestão de Turismo, Hotelaria, Gastronomia e Gestão Desportiva e de Lazer. Estes cursos têm carga horária mínima de 1600 horas (Brasil, 2002).

Com essa constatação percebeu-se a oportunidade de realizar uma pesquisa exploratória a partir de levantamento de dados nos sites do Ministério da Educação e da rede, além de análise documental, com o objetivo primário de mapear a oferta dos cursos tecnológicos em Lazer e hospitalidade no Brasil, com o foco nas cidades de Recife e Aracaju, o que levou a dois

objetivos secundários: a) contextualizar o curso de Gestão de Turismo, com o perfil do egresso, missão e objetivo; b) analisar as divergências e similaridades dentro da composição da grade curricular dos cursos de Gestão de Turismo nas duas cidades.

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Educação Tecnológica

A educação e a tecnologia não são termos teóricos e abstratos, mas dimensões com conteúdos e práticas de existências vivenciadas através da história e retomados hoje em novas perspectivas face aos desafios impostos pelos padrões de valores do homem moderno e pelas transformações tecnológicas que os envolvem. Essa relação passa pela mediação do trabalho.

A palavra educação provém de dois vocábulos latinos, *educare* e *educere*, e significa o "processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano" (FERREIRA, 1993, p. 197). A linguagem inerente ao homem passa a ser nesse processo um dos instrumentos importantes para que a educação se desenvolva. É através da linguagem que se inicia invenções de instrumentos como as lanças, ponta de pedra as artes rupestres (figuras em cavernas) iniciando o aprimoramento intelectual do homem e o pensamento crítico, surgindo assim a busca pelo conhecimento.

Este conhecimento deve ser aberto a todos, tornando a educação um bem cabível a todo cidadão. Sem a educação muitos problemas podem surgir em uma comunidade e até mesmo em um país. Segundo Brandão apud Pires (2003) a educação tem como objetivo guiar o homem no seu desenvolvimento, dotando-o de conhecimentos gerais sobre o mundo e a sociedade, com capacidade de julgar as mudanças que ocorrem neste mundo, é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um país, mas também de cada indivíduo. Sendo assim sua importância vai além da renda individual ou das chances de se obter um emprego, é com a educação que garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural.

A educação em qualquer nível deve levar o indivíduo a compreender sua própria existência e em consequência, suas necessidades e as necessidades ao seu entorno. A educação deve levar à articulação da sociedade, propiciando coesão e identidade entre as pessoas, construindo identidades coletivas, fortalecendo os elos comuns, passo fundamental para a continuidade e sobrevivência de uma comunidade. Se a educação não tiver em suas bases prática e a reflexão crítica, o resultado será um número de profissionais repetindo os conceitos e técnicas

desempenhadas e repetidas. Esses alunos não vão desenvolver as competências inerentes às atividades, podendo ser excluídos do mercado.

Já a palavra tecnologia que provém do termo *thechné*, significa um “conjunto de conhecimentos, e especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade” (FERREIRA, 1993, P. 528). Observa-se então nos dois processos o uso do conhecimento e criação de inovações, que com o uso da máquina na Revolução Industrial no Século XVIII e XIX e a informática e a internet num processo histórico mais recente elevaram a educação, facilitando o acesso às ciências e seus estudos.

No Brasil educação profissional e tecnológica evidencia as inter-relações do sistema educativo e de outros sistemas sociais. Além dos princípios acima referidos, esta educação está alicerçada em alguns pressupostos como: integração ao mundo do trabalho, interação com outras políticas públicas, recuperação do poder normativo da LDB, reestruturação do sistema público de ensino médio técnico e compromisso com a formação de valorização dos profissionais de educação profissional e tecnológica.

O turismo neste cenário necessita deste aparato tecnológico, pois a partir da Revolução Industrial a atividade passa a ser reconhecida devido uma demanda mais acelerada pelos serviços como transportes, hospedagem, alimentação, utilizando assim novos conhecimentos e técnicas no setor.

A educação tecnológica surge no Brasil nesse momento de transição, ela faz parte de um processo da evolução na educação dentro da educação profissional.

Para Christophe (2005, p.2) “a educação profissional é genérica e abrange vasta gama de processos educativos, de formação e de treinamentos em instituições e modalidades variadas. Os termos educação profissional ensino técnico e ensino profissionalizante, capacitação profissional e qualificação profissional costumam ser utilizados indistintamente na literatura e na prática”.

Após um período de muitas mudanças e reformas na educação geral e na profissional, no final da década de 1990 e início do ano 2000, o Governo, tomando por base o Parecer CNE/CEB nº 16/99, homologa a Resolução CNE/CEB nº 04/99, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a Resolução CNE/CP nº 03, de 18 de dezembro de 2002 que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Organização e o Funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia, sob a luz do Parecer CNE/CP nº 29/2002.

Esses cursos de Educação Profissional Tecnológica são considerados de nível superior, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, abrangendo os diversos setores da economia. Os concluintes destes cursos são denominados tecnólogos e são profissionais de nível superior, especializados em segmentos de uma ou mais áreas profissionais com predominância de uma delas. Atualmente os Cursos são classificados entre as 20 áreas profissionais definidas na legislação, a saber: Agropecuária, Artes, Comércio, Comunicação, Construção Civil, Design, Geomática, Gestão, Imagem Pessoal, Indústria, Informática, Lazer e Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Mineração, Química, Recursos Pesqueiros, Saúde, Telecomunicações, Turismo e Hospitalidade e Transportes.

Os alunos que buscam o ensino tecnológico enfatizam a autonomia e permanência no trabalho aliado a um estilo de vida agradável ligado à cultura jovem emergente, na qual mudanças rápidas são vistas como vantagem positiva (Hjalager & Andersen, 2000). Além disso, preferem estilos de aprendizagem concreto ao invés de abstrato, o ativo ao invés do reflexivo; em outras palavras, gostam de atividades práticas, mas sentem-se menos confortáveis com a teorização e reflexão.

De um modo geral tais cursos são realizados com mais ênfase na prática do que na teoria, com embasamentos operacionais e disciplinas voltadas para uma linha de raciocínio prático e de gestão, cujo saber fazer predomina. O objetivo da educação tecnológica é priorizar a utilização da informação voltada para aspectos práticos da vida das pessoas e para os negócios empresariais, ou seja, é uma educação voltada às necessidades do mercado.

O documento que trata das Políticas Públicas para a educação profissional e tecnológica, diz que: ... acredita-se que em termos conceituais, quer e suas práticas, são bastante complexas, não se restringindo, portanto, a uma compreensão linear, que apenas treina o cidadão para a empregabilidade, nem a uma visão reducionista, que objetiva simplesmente prepare o trabalhador para executar tarefas instrumentais. Sua fundamentação envolve o estreito vínculo com o maior da educação, circunscrita aos caminhos percorridos por nossa sociedade.

O que se espera é que educação tecnológica, por seu turno, conduza aos caminhos da inovação no sentido específico de despertar a consciência de agentes de inovação tecnológica, buscando entender seus papéis e funções na sociedade por meio das relações de produção que são estabelecidas.

Esse modelo de educação a deve ser estruturada como um subsistema público balizado pelos princípios constitucionais e pela LDB, incluindo: a Federação, os estados e os municípios; os diversos agentes envolvidos, o setor público e privado; as diversas redes existentes (ensino

médio técnico – federal, estadual, municipal e privado; sistema S; universidades públicas e privadas; escolas e centros mantidos por sindicatos de trabalhadores; centros e escolas mantidos por diferentes ONGs de cunho comunitário e religioso; escolas e cursos mantidos por grupos empresariais e cursos livres profissionalizantes) e ministérios e secretarias envolvidos com a formação profissional.

Os cursos tecnológicos seguem regulamentos próprios, com destaque para a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNP/CP 3, 3 de 2002 que institui as diretrizes curriculares nacionais para a organização e o funcionamento dos mesmos. Outra normativa, o Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006, trata da avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação, e indica que a regulamentação dos cursos tecnológicos é de competência da Secretaria Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Essa Secretaria publica o catálogo desses cursos como fundamento para a sua autorização e reconhecimento, conforme o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Na segunda edição desse Catálogo fica clara a proposta da educação tecnológica no Brasil:

[...] na perspectiva de formar profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades em determinado eixo tecnológico e com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade (Ministério da Educação, 2010, p. 8).

Os cursos devem abordar “cultura, historicidade, atualidade, ética, tendo em vista o desenvolvimento social, integrado e sustentável da sociedade brasileira e a soberania nacional”; e desenvolver “perfis profissionais amplos, com capacidade de pensar de forma reflexiva, com autonomia intelectual e sensibilidade ao relacionamento interdisciplinar, permite aos seus egressos prosseguirem seus estudos em nível de pós-graduação” (Ministério da Educação, 2006, p. 9).

O ingresso nos curso tecnológico se dá por meio de processo seletivo, com as mesmas exigências legais para admissão em todos os cursos, de todas as instituições de ensino superior no país, sob o monitoramento e controle do Ministério da Educação. Após a sua conclusão, o aluno pode prosseguir em cursos de pós-graduação, inclusive mestrado e doutorado, desde que, como nos demais cursos de graduação, o aluno atenda aos critérios estabelecidos pelo programa de pós-graduação (Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – MEC, 2006).

Com relação aos cursos tecnológicos das áreas de Turismo, Hotelaria, Gastronomia, Lazer, Eventos e Desporte, estes foram reunidos no eixo de Lazer e Hospitalidade, conforme denominações e perfis profissionais descritos no quadro um.

Quadro 1. Perfis dos profissionais dos cursos de tecnologia em Lazer e Hospitalidade no Brasil

Denominação do curso	Perfil profissional
<i>Gestão de Turismo</i>	Atuação no planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos público e privado, em atividades de planejamento, agenciamento de viagens, consultorias em políticas públicas, comercialização de destinos, identificação do potencial turístico local, entre outros.
<i>Hotelaria</i>	Atuação no planejamento e na operacionalização de espaços, dos meios de hospedagem; coordenação desde serviços de limpeza, arrumação e ornamentação das unidades habitacionais e demais setores; gerenciamento entre outros.
<i>Eventos</i>	Atuação no planejamento, organização e execução de eventos diversos em instituições de eventos, de turismo e em meios de hospedagem; domínio de interação dinâmica de todos os agentes integrados ao turismo e os variados aspectos culturais, econômicos e sociais da região em que atua, entre outros.
<i>Gastronomia</i>	Atuação na concepção e planejamento nas diferentes fases dos serviços de alimentação, considerando os aspectos culturais, econômicos e sociais; empresas de diversos segmentos da gastronomia são possibilidades de locais de atuação; domínio da história dos alimentos, cultura dos diversos países, ciência dos ingredientes, criatividade e atenção, entre outros.
<i>Gestão Desportiva e do Lazer</i>	Atuação no gerenciamento e concepção de produtos e serviços ligados ao lazer, esporte, folclore, arte e cultura; programa políticas inclusivas e afirmativas de integração social por meio de atividades sociais; identifica oportunidades em que as atividades desportivas e de lazer podem realizadas, entre outros.

Fonte: Ministério da Educação (2010).

Considerando-se o cenário apresentado, busca-se compreender melhor os processos de elaboração dos Projetos político pedagógico, que devem estar apoiados no direcionamento proposto pelo curso, só passando a ter liberdade de escolha depois de cumpridas às exigências governamentais.

1.2 Projeto Político Pedagógico

O PPC (Projeto Político Pedagógico) é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola. É através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos. Este documento deve possibilitar aos membros da escola uma tomada de consciência dos problemas e das possíveis soluções, estabelecendo as responsabilidades de todos e favorecendo ao debate democrático possibilitando desta forma a produção de critérios coletivos no seu processo de elaboração, assimilando significados comuns aos diferentes agentes educacionais e colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido nas Instituições de ensino.

A construção de parcerias com a comunidade é abasse do PPP, mostrando que o êxito em qualquer projeto educacional tem como meta o desenvolvimento da cidadania e a construção da identidade da escola. O PPP define a intencionalidade e as estratégias da escola que só podem ser percebidos por esta coletividade, além disso, o plano só será eficaz na medida em que poderá gerar o compromisso dos atores da escola com a proposta educacional e com o destino da instituição.

Pode-se dizer que foi através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no artigo 15, que concedeu à escola a autonomia para construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para elaborar seu próprio plano de trabalho, definindo seus rumos e planejando suas atividades de modo a responder às demandas da sociedade, ou seja, atendendo o que a sociedade espera dela. A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torne sujeito histórico de sua própria prática.

Na educação superior os projetos pedagógicos são documentos que se configuram como proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa em uma perspectiva que traduz a necessidade de convergência da interdisciplinaridade de forma estimulante face aos desafios dos novos tempos, nos princípios norteadores da modalidade da educação de nível superior. Serve como um conjunto de alternativas, para registrar o perfil desejado do egresso, para definir um percurso, um rumo e caminhos que o coletivo do curso quer construir. Apropriando-se das colocações de Veiga (2004, p. 16), entende-se que a finalidade do PPP é percebida por ser como um:

[...] instrumento de ação política [que] deve estar sintonizado com uma nova visão de mundo, expressa no paradigma emergente de ciência e de educação, a

fim de garantir uma formação global e crítica para os envolvidos nesse processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal.

A fim de ilustrar a importância de um PPP, vale-se novamente de ideias de Veiga (2004, p. 25):

O projeto político-pedagógico é mais do que uma formalidade instituída: é uma reflexão sobre a educação superior, sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, a produção e a socialização dos conhecimentos, sobre o aluno e o professor e a prática pedagógica que se realiza na universidade. O projeto político-pedagógico é uma aproximação maior entre o que se institui e o que se transforma em instituinte. Assim, a articulação do instituído com o instituinte possibilita a ampliação dos saberes.

Estes documentos são construídos por profissionais da educação, envolvendo professores, pedagogos e demais profissionais envolvidos no processo educativo. Assuntos administrativos e financeiros também estão inseridos e fazem parte do contexto de formulação do PPP.

Pode-se dizer que o projeto pedagógico se constitui em um processo dinâmico de constante construção, na qual a educação é compreendida como totalidade a grade curricular indicando que os estudantes utilizem os conhecimentos do eixo de fundamentos teórico-práticos no exercício de elaboração de problemáticas locais, possibilitando a superação das mesmas.

Neste sentido o estudo teve como objetivo analisar a educação superior em Hospitalidade e Lazer, no Curso de Gestão de Turismo, a fim de obter respostas na concepção da estrutura curricular. Tem-se com o estudo a possibilidade do curso Superior Tecnológico em Gestão em Turismo se configurar como uma alternativa para sanar as problemáticas advindas da gestão e do planejamento do turismo em diversas localidades e destinos turísticos.

2. Metodologia

A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa pela possibilidade de entender a formação dos cursos em Gestão de Turismo, dentro da estrutura curricular.

Para Merriam (2009), pesquisa qualitativa ou investigação qualitativa é uma expressão guarda-chuva que envolve diversas estratégias de investigação ou procedimentos. Após apresentar as condições de vários autores para ilustrar a diversidade de métodos envolvendo a pesquisa qualitativa, a autora chega à conclusão de que não há consenso entre autores e propõe, com base em sua experiência acadêmica na pesquisa e no ensino, seis tipos de pesquisa qualitativa (estudo qualitativo básico, fenomenologia, grounded theory, etnografia, análise de narrativa e estudos qualitativos).

Trata-se de estudo de caso múltiplo, com características exploratória com a caracterização dos cursos e levantamento bibliográfico e descritiva, pois os fatos foram registrados e analisados, com coleta de dados através da observação sistemática.

Após a transcrição da observação, realizadas na estrutura curricular dos cursos, foi possível delimitar os procedimentos de análise interpretativa (MATTOS, 2006), permeada pela análise do conteúdo. Para Bardin (1997), a análise de conteúdo, são procedimentos metodológicos que se aplicam a “discursos” (conteúdos), extremamente diversificados, este modelo é baseado na dedução, trabalha a subjetividade. Parte da exterioridade para o texto. Bardin (1977) nos conta que a partir 1960 três fenômenos afetaram a investigação e a prática da análise de conteúdo: (1) o recurso de programas de computadores; (2) o interesse pelos estudos relacionados à comunicação não verbal; (3) a inviabilidade de precisão dos trabalhos linguísticos.

O processo de análise de conteúdo na abordagem qualitativa seria a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração.

Após o levantamento dos dados, iniciou-se a análise dos resultados, apresentada na próxima seção. Elaboraram-se quadros que apoiaram o mapeamento da oferta desses cursos no Brasil, com base em sua caracterização e análise regional. Para finalizar a pesquisa, foram selecionados dois cursos de Gestão em Turismo das cinco regiões brasileiras, como uma primeira prospecção sobre a proposta desta formação profissional. Mediante a consulta aos sites oficiais disponíveis na Internet e projeto político pedagógico coletaram-se dados sobre a proposta de formação de cada curso.

3. Resultados

Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa que foram estruturadas em duas subseções: “Contextualização do Curso Superior em Tecnologia em Gestão de Turismo em Recife e Aracajú” e “Divergências e similaridades dos Cursos Superiores em Tecnologia em Gestão de Turismo em Recife e Aracajú”.

3.1 Contextualização do Curso em Gestão de Turismo, em Recife e Aracajú.

O Estado de Pernambuco tem a segunda maior economia da região Nordeste, sua economia se baseia na agricultura, pecuária, indústria e no setor terciário que tem empregado maior número de pessoas, o turismo aparece como um setor promissor e em alguns destinos do estado se consolidando. Recife sua capital é destino de turismo de convenções.

Dentro desta linha a rede federal de educação tendo como missão formar profissionais dotados de interesse pela observação crítica e pela participação ativa nos processos de criação, gestão, monitoramento e redirecionamento da gestão da atividade turística, oferta o Curso em Gestão de Turismo uma vez que foram percebidas e analisadas as lacunas na formação do gestor de turismo em nível estadual e regional.

O curso segue uma carga horária de 1.690,5 a/a, com três anos de duração e foi criado depois que de percebidas as lacunas na formação do gestor de turismo em nível estadual e regional, notadamente no tocante a um maior aprofundamento sobre elementos prioritários, importantes e básicos da gestão de turismo balizadas numa gestão do turismo e numa visão sistemática da área de hospitalidade. Tem como objetivo propiciar caminhos alternativos para fomentar o turismo para uma gestão integrada de processos, fortalecendo as dimensões de planejamento e organização do turismo e de seus grupos.

O curso tecnólogo de Gestão em Turismo foi proposto tendo por base a percepção de algumas lacunas de mercado existentes entre os profissionais de turismo. A ideia do curso é a de capacitar o futuro profissional a trabalhar com turismo realizando e contribuindo numa gestão integrada de processos, fortalecendo as dimensões de planejamento, de administração, de marketing, de negócios e de gestão ambiental de produtos turísticos e de regiões turísticas.

O tecnólogo em Gestão de Turismo na cidade de Recife será um profissional capaz de:

- Atuar como gestor de operações turísticas e das atividades de planejamento de empresas turísticas e organização do turismo; Aplicar com responsabilidade e ética profissional os princípios de planejamento, organização e gestão de turismo;
- Empreender nos diversos segmentos da atividade turística; Elaborar projetos turísticos com foco nos princípios da sustentabilidade; Utilizar as diversas linguagens de comunicação e tecnologias; Realizar gestão compartilhada de pessoas que executem ações relativas á produção prestação de serviços turísticos.

O Estado de Sergipe vem planejando e organizando cenários e projeções turísticas contextualizadas aos ambientes econômico, social, ambiental e político, do país e do mundo, considerando os impactos decorrentes do desenvolvimento do turismo para tanto vem se preparando para os benefícios decorrentes da realização de mega eventos no país como a Copa do Mundo de Futebol FIFA em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016.

Dois dos cinco Polos, com ênfase no desenvolvimento do turismo estão em andamento. Polo Costa dos Coqueirais e Velho Chico, reunindo atrativos naturais, serviços e equipamentos

que formam os produtos turísticos. No primeiro concentram-se a maior parte da capacidade receptiva turística do Estado. Aracaju, onde se verifica a melhor infraestrutura hoteleira, com 71% dos meios de hospedagem do estado, e onde se localizam as operadoras e agências de viagens, os principais equipamentos turísticos e a possibilidade de comercialização de roteiros turísticos, torna esse núcleo quase que determinante dos fenômenos observados no estado, nos quais os atrativos turísticos, contudo, ainda não estão suficientemente estruturados.

É na Capital sergipana Aracajú, que a rede federal de educação passa a oferecer o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo, com duração de 03 anos, e um total de 1.890 h/a.

Tem como objetivo formar Tecnólogos Gestores que possam contribuir com o desenvolvimento sustentável do turismo, contextualizando os impactos que o turismo gera nos territórios, atuando de forma a integrar a comunidade nesse processo para que se sustente e permita a melhoria das condições de vida da população que recebe os visitantes, valorizando sua identidade local.

Seus objetivos específicos vão desde a proporcionar uma formação generalista, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de inventário da oferta turística, a hospitalidade, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico, com foco na Gestão do Turismo; Formar profissionais aptos a atuarem na área do Turismo com competências para realizarem o planejamento, organização e a gestão de atividades turísticas inter-relacionadas à preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural, divulgando e valorizando a cultura e os costumes da região, de modo a estimular o desenvolvimento local e regional, o Turismo Comunitário e o Ecoturismo.

O Tecnólogo em Gestão de Turismo de Aracajú deve estar apto a: Planejar o desenvolvimento da atividade turística no âmbito público e privado; Fomentar ações na área Turismo por meio de atividades de planejamento e organização, eventos, gestão ambiental e ecoturismo, agenciamento e transportes, contribuindo, sobretudo para o desenvolvimento sustentável da atividade; Estimular o planejamento participativo, envolvendo a iniciativa pública, privada e a comunidade como agentes de transformação para o desenvolvimento local e regional, orientando também a emissão de turistas para outros destinos; Agir como agente articulador da atividade para propiciar o desenvolvimento econômico, social, cultural e ecológico dos espaços turísticos;

Esses profissionais no Eixo Tecnológico Hospitalidade e Lazer que tem como subáreas relacionadas às seguintes atividades profissionais:

Planejamento e Organização do Turismo;

Gestão Ambiental, Ecoturismo e Turismo de Base Comunitária;

Gestão de Agenciamento e Transportes Turísticos;

Gestão de Meios de Hospedagem;

Gestão do Lazer;

Planejamento e Gestão de Eventos;

Gestão de Alimentos e Bebidas;

Consultoria e Promoção de serviços turísticos.

3.1 Similaridade e divergências do Curso Superior em Tecnologia de Gestão de Turismo de Recife e Aracajú.

A análise do conteúdo revelou que os cursos apresentam similaridades e divergências inicialmente pode-se perceber que os dois cursos seguem as determinações legais exigidas para sua construção curricular.

As similaridades vão desde o período da oferta com a duração de três anos, conforme mencionado no Catálogo dos Cursos Superiores do Ministério da Educação, em seguida que os cursos tratam da oferta turística caracterizando e detalhando seus recursos e atrativos turísticos, como uma localidade adequada à oferta e a implantação dos cursos, outro tópico a ser detalhado é a questão do perfil do egresso que é trabalhada com direção a atividades de planejamento e a exercerem e atuarem em empresas do setor público e privado e ainda seguirem postura uma vertente empreendedora.

Em questão a estrutura curricular nos dois cursos, percebeu-se que apenas Recife oferta a disciplina de francês, um dado curioso a ser pesquisado em outro momento. Outro dado importante é que em Recife das 36 disciplinas ofertadas apenas uma trata do ecoturismo, e em Aracajú das 29 disciplinas ofertadas, cinco abordam questões em relação ao meio ambiente fora as optativas que tratam do ecoturismo. Acredita-se que esse cenário foi devido à necessidade de mudanças na estrutura curricular, em 2012 exigida pelo Catálogo Nacional dos Cursos Superiores.

Além dessa diferença, pode-se afirmar que após a leitura do documento PPC dos dois cursos, percebeu-se que o documento de apresentação de Sergipe tem detalhes do contexto econômico da atividade turística do Brasil, enaltecendo o turismo no país.

Observou-se ainda que o curso de Sergipe trata a questão social e local com mais evidência, a oferta de disciplinas voltadas ao conhecimento da realidade local se traduz em possíveis pesquisas e trabalhos de campo satisfatórios para a educação em turismo e em conhecimento da própria realidade, resultando assim uma postura mais realista dos alunos e consequentemente mais direcionada ao planejamento do turismo.

4. Conclusão

A educação em interação com a tecnologia, já se convencionou de ser chamada tecnológica. Vale salientar que a educação não pode se afastar das práticas pedagógicas e nem agrega as aplicações técnicas, a ideia é unir e ofertar uma educação onde todos possam obter vantagens quer seja de emprego ou de aprendizado e conhecimento.

A educação tecnológica não pode ser tratada como um acréscimo e nem dividir homem de trabalho, ela deve unir o homem ao emprego das técnicas. Elas devem se unir para que ambas possam construir o destino do homem sem a necessidade de se escravizaras técnicas, e não ser vista apenas como uma forma de preparação de recursos humanos.

Pela análise dos documentos de ambos os cursos pode-se notar que a direção dada ao futuro egresso é caminho do trabalho. Os cursos focam a educação em turismo como uma oportunidade dos egressos se tornarem futuros gestores e planejadores na atividade turística local e se inserirem nos diversos segmentos e ramos da atividade, se agências de turismo, hotéis e consultorias. As estruturas curriculares apresentam disciplinas específicas quanto à gestão que vão de encontro à nomenclatura do curso.

Porém esse modelo de educação, num sentido mais amplo deve transcender os conceitos pontuais de ensino, aprendizagem e treinamento pela ação integrada do repensar o fazer e o saber, enquanto objetos permanentes da ação e da ação reflexiva da ação.

As considerações aqui desenvolvidas não encerram o assunto, pois faz parte de um convite para que demais professores e interessados no assunto aprofundem seus conhecimentos sobre a educação tecnológica.

Referência

ANSARAH, M. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria**. São Paulo, Aleph, 2002.

ARAÚJO, J. J. & HYPÓLITO, M. Á. (2010). **Institutos federais de educação, ciência tecnologia: Inovações e continuidades**. Artigo. Disponível em <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT05-6449--Int.pdf>

BARDIN, L. (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão democrática da escola cidadã**. In. Ceará. Seduc. **Novos paradigmas de gestão escolar**. Fortaleza: edições. SEDUC, 2005, p. 27-46.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, maio, 2011.

CHISTOPHER, Micheline. A legislação sobre a Educação Tecnológica, no quadro da Educação Profissional brasileira. Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade. 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

Ministério da Educação (2006). **Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia**. Recuperado em 18 setembro, 2013, de http://www.eafspb.gov.br/cursos/superior/arquivos/catalogo_superior.pdf

MOTA, Cristina Nicolau. ARAGÃO Antônio Roberto Ferreira, (organizadores). **Educação Tecnológica: Teoria e Prática do Turismo, da Hospitalidade e do lazer**. Expressão gráfica e editora, Fortaleza, 2011.

PAIVA, César Martin. REIS, Bruno Marcio Scarpelli dos Santos, ARAÚJO, Arthur Leite. **Competências profissionais de Discentes do Curso de graduação em Turismo: um estudo de uma instituição particular brasileira**. Revista TMS. Universidade do Algarve. Portugal, 2005.

Parecer N° CES/CNE 0146/2002 <HTTP://.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>

PORTELA, Adélia Luiza Atta. DILZA Maria Andrade. **A dimensão pedagógica da gestão da educação**. In: RODRIGUES, Maristela Marques, Giácio, Mônica (org.). **PRASEM III. Guia de consulta**. Brasília. Fundo escola. MEC. 2001, p. 119-158.

REGATIERI, M. & Castro, J. M. (2009). **Ensino médio e educação profissional: Desafios da integração**. Brasília, DF: UNESCO.

Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. **Institui as diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia**. Brasil, DF. Recuperado em 5 outubro, 2012, de <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e Educação Superior. Projeto Político Pedagógico**. Campinas SP, 2004.